

Reduzir transferência de recursos, ponto básico da nova fase de negociação

por Cesar Borges
de São Paulo

A participação do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, na reunião do comitê interino de governadores do Fundo Monetário Internacional (FMI), na próxima semana, em Washington, deve colocar um ponto final num dos principais obstáculos enfrentados pelo Brasil na renegociação da dívida externa: o argumento de que o País não possuía um programa consistente de combate à inflação.

"Esse era o nosso principal ponto de vulnerabilidade", lembrou ontem a este jornal o secretário especial para Assuntos Econômicos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Paulo Nogueira Baptista Júnior. Como principal assessor do ministro do Planejamento, João Sayad, para as questões da dívida externa, o técnico considera que o ministro Funaro vai encontrar, em sua visita, um ambiente favorável para lançar as bases da nova fase de renegociação da dívida externa. Segundo ele, o ponto principal a ser enfatizado será a necessidade de redução das transferências de recursos ao exterior como forma de melhor redistribuir a renda internamente.

RESULTADOS POSITIVOS

"Estamos com a faca e o queijo na mão", disse o técnico, lembrando os sucessos alcançados pelo Brasil no "front" externo nos últimos três anos: estabilidade nos resultados positivos da balança comercial, com superávits superiores a US\$ 12 bilhões; acúmulo de reservas internacionais ao nível de US\$ 12,472 bilhões (de acordo com o conceito de liquidez internacional do FMI) de acordo com a posição divulgada pelo Banco Central para fevereiro último; e o pagamento religioso das obrigações em juros junto aos bancos credores.

O ministro da Fazenda brasileiro deverá fazer uma bem fundamentada exposição sobre os motivos que levaram o governo brasileiro a adotar o choque neutro no programa de estabilização econômica implantado em 28 de fevereiro. Deve ressaltar o papel que vem sendo desempenhado pela população ante o programa, respaldando e procurando garantir sua execução, mas também deve avisar que um dos principais pontos para seu sucesso reside em garantir o equilíbrio das finanças governamentais (controlar os efeitos sobre os agregados monetários, as taxas de juros e a dívida interna).

REFORMAS

Paulo Nogueira Baptista afirma que há consenso dentro da área econômica do governo de que o programa de estabilização não resolve alguns dos problemas básicos da economia brasileira. Ainda estão por ser executadas a reforma agrária, a administrativa e a tributária.

Todas essas reformas podem resultar na redistribuição da renda, avisa Nogueira Baptista, lembrando também que o governo Sarney redirecionou maciços recursos governamentais para a área social. O orçamento fiscal aprovado pelo Congresso para este ano prevê um gasto de CZ\$ 44,7 bilhões para programas como distribuição de leite, alimentação para nutrízes e merenda escolar, para todos de baixa renda. A parte o aspecto assistencialista, Baptista considera que os programas são efetivos fatores de estímulo ao aumento da produção de alimentos, geradores de mão-de-obra e de renda.

Ele enfatiza também que já neste ano o Brasil deve apresentar um significativo resultado na redução da transferência de recursos ao exterior. Ainda não está concluída a reprogramação financeira do setor externo ante a acentuada queda dos preços do petróleo, a redução dos juros internacionais e os efeitos da última negociação com os bancos credores, mas o técnico avisa que já deverá ocorrer em 1986 "uma boa redução de recursos para o exterior".

Segundo ele, as despesas com juros sobre 59,2% da dívida externa de médio e longo prazo que foram contraídas pela taxa interbancária de Londres (Libor), devem sofrer uma redução

DÍVIDA EXTERNA DE MÉDIO E LONGO PRAZO		
Março 1985	US\$ milhões	Participação- ção- %
Taxas Flutuantes	71 414	78,5
Prime (total)	13 767	15,1
— Nova York	11 959	13,1
— Outras	1 808	2,0
Libor	53 881	59,2
FMI	1 254	1,4
BIRD	1 076	1,2
BID	126	0,1
Outras	1 310	1,5
Taxas Fixas	19 570	21,5
FMI	2 592	2,8
BIRD	3 114	3,4
BID	1 247	1,4
Outras	12 617	13,9
Total	90 984	100,0

Fonte: Banco Central

em torno de US\$ 1,2 bilhão. Enquanto a taxa de juros média de 1985 foi de 10,15%, o governo estima que até junho de 1986 ela recue até 8,5%. Outra redução de importância — US\$ 200 milhões — está ligada ao "spread" (taxa de risco) a ser pago na rolagem das amortizações do ano passado e deste. Com os recursos já garantidos pelo BIRD (US\$ 400 milhões), mais o que o Brasil deve obter de co-financiamento de bancos privados (US\$ 800 milhões), chega a US\$ 2,6 bilhões a redução potencial da remessa de recursos ao exterior neste ano.

"Nós estamos negociando a cada momento e a toda hora", repete o técnico da Seplan, buscando assegurar a preocupação constante do governo na renegociação do estoque total da dívida externa.

Agora que o quadro está favorável ao Brasil é possível, segundo Nogueira Baptista, que a nova fase de negociação com os banqueiros possa resultar em redução da margem de remessa de juros sobre a dívida.

LIMITE DOS JUROS

A reunião do FMI deste mês e a de setembro são momentos propícios a que as autoridades brasileiras coloquem a questão, informa, explicando que ainda não há dentro do governo uma definição sobre o limite ideal ou tolerável de recursos que devem ser remetidos como pagamento de juros sobre a dívida externa. "O Peru estabeleceu 10% sobre a balança comercial, a Nigéria 30%, mas não existe um parâmetro ideal." Sobre a possibilidade de o Congresso brasileiro vir a legislar sobre a questão, o técnico afirmou que "não se pode ser tão rígido".

Paulo Nogueira Baptista prevê para "antes do final do ano" o reinício das negociações com os banqueiros e, até lá, o recado dado pelo ministro do Planejamento, João Sayad, há quinze dias na Costa Rica já poderá estar mais claro para a comunidade financeira internacional. Segundo o ministro, "é fundamental ter em conta que a economia brasileira não poderá sustentar taxas adequadas de crescimento sem elevar o nível de investimentos, atualmente bastante deprimido. A retomada dos investimentos esbarra no fato de que um país, no estágio de desenvolvimento em que se encontra o Brasil, não deve continuar a transferir anualmente 5% do Produto Interno Bruto (PIB) para o exterior, como vem fazendo desde 1984".